



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA GABAER Nº 130/GC4, DE 6 DE AGOSTO DE 2021.

Dispõe sobre os processos para o ressarcimento de dano ao Erário e a utilização do Sistema de Tomada de Contas Especial do Tribunal de Contas da União.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, com a faculdade disposta no art. 17 da Portaria GM-MD nº 2.791, de 2 de julho de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 67022.000400/2021-71, procedente do Centro de Controle Interno da Aeronáutica, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Dispor sobre a instauração, a organização e o encaminhamento dos processos administrativos para o ressarcimento de dano ao Erário, e sobre a utilização do Sistema e-TCE.

§ 1º Para fins desta Portaria, são dois os processos administrativos para o ressarcimento do dano ao Erário:

I - a Tomada de Contas Especial (TCE), para valor do débito atualizado igual ou superior ao valor mínimo fixado pelo Tribunal de Contas da União (TCU);

II - o Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE), para valor do débito atualizado inferior ao valor mínimo fixado pelo TCU.

§ 2º Para fins desta Portaria, considera-se o valor mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil Reais) fixado pelo TCU, por intermédio da Instrução Normativa TCU nº 76, de 23 de novembro de 2016.

CAPÍTULO II

DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS

Art. 2º Diante da omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União mediante convênio, contrato de repasse, ou instrumento congênere, da ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, ou da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, de imediato, antes da instauração da TCE ou do PARE, o Dirigente Máximo da Organização deve adotar medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano.

§ 1º São consideradas medidas administrativas as providências destinadas a apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter a regularização e o ressarcimento pretendidos, tais como:

I - instaurar procedimentos ou processos administrativos de investigação, de apuração, ou de regularização, entre outros:

- a) Investigação Preliminar - IP;
- b) Sindicância;
- c) Processo Administrativo Disciplinar - PAD; e
- d) Inquérito Policial Militar - IPM;

II - realizar diligências e circularizações com vistas a obter a verdade material sobre os fatos;

III - realizar inspeções físicas;

IV - nas hipóteses autorizadas por lei e previstas no contrato, realizar glosa de débito em faturas futuras; e

V - coligir provas necessárias à comprovação dos fatos e identificação dos responsáveis, tais como documentos, comprovantes de despesas, comunicações, auditorias, relatórios, pareceres técnicos, pareceres financeiros e depoimentos escritos.

§ 2º Os princípios norteadores dos processos administrativos deverão ser observados quando da adoção e da condução das medidas administrativas.

§ 3º Caberá ao Dirigente Máximo informar ao CENCIAR, quando da adoção de medidas administrativas, para a caracterização ou elisão do dano, em sua Organização.

Art. 3º Os fatos a respeito da ocorrência de graves irregularidades ou ilegalidades de que não resultem dano ao Erário deverão ser representados ao TCU.

§ 1º O Dirigente Máximo da Organização, por intermédio da cadeia de comando, submeterá sua representação ao Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), que a encaminhará ao TCU.

§ 2º Se a representação for originada no CENCIAR, este a encaminhará diretamente ao TCU.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 4º Esgotadas as medidas administrativas, sem a elisão do dano, o Dirigente Máximo da Organização deve providenciar a imediata instauração e autuação de processo administrativo específico – TCE ou PARE.

§ 1º A instauração da TCE ou do PARE deverá ocorrer no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar:

I - do primeiro dia subsequente ao vencimento do prazo para apresentação da prestação de contas, no caso de omissão no dever de prestar contas;

II - da data-limite para análise da prestação de contas, nos casos em que os elementos constantes das contas apresentadas não permitirem a conclusão de que na aplicação dos recursos foram observadas as normas pertinentes e atingidos os fins colimados;

III - da data do evento ilegítimo ou antieconômico, quando conhecida;

IV - da data da ciência do fato pela administração, nos demais casos.

§ 2º É pressuposto para instauração da TCE ou do PARE a existência de elementos fáticos e jurídicos que, isoladamente ou de forma combinada, indiquem:

I - a omissão no dever de prestar contas;

II - o dano ao Erário;

III - o indício de dano ao Erário.

Art. 5º Todos os processos de ressarcimento ao Erário deverão ser registrados no Sistema e-TCE, salvo impossibilidade devidamente justificada.

§ 1º No caso de TCE, a inserção de dados no sistema se iniciará com o registro da Portaria de instauração, no prazo de até cinco dias úteis de sua publicação.

§ 2º No caso de PARE, sem que haja a elisão do dano, o cadastramento do débito deverá se realizar em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da Portaria de instauração.

CAPÍTULO IV

DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Art. 6º Caberá aos titulares dos Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA) a responsabilidade pela instauração dos processos administrativos de TCE nas suas organizações subordinadas, quando da ocorrência de uma das seguintes situações:

I - solicitada pelo Dirigente Máximo de Organização subordinada, ou de ofício;

II - for determinada pelo TCU;

III - for recomendada pelo CENCIAR.

Art. 7º Os ODGSA deverão informar ao CENCIAR, de imediato, a instauração de TCE em suas organizações subordinadas.

Parágrafo único. O Dirigente Máximo do ODGSA instaurará a TCE pela edição de Portaria, com a sua imediata publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 8º Após a conclusão da TCE, os ODGSA encaminharão o processo ao CENCIAR, pelo sistema e-TCE, para auditoria e encaminhamento ao TCU.

Parágrafo único. Os processos de TCE deverão dar entrada no CENCIAR até 90(noventa) dias após a data de sua instauração.

Art. 9º O CENCIAR acompanhará o andamento dos processos de TCE quanto aos prazos e às providências.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO

Art. 10. Caberá ao Dirigente Máximo da Organização a responsabilidade pela instauração do PARE, quando:

I - solicitada pelo Dirigente Máximo de Organização a que estiver subordinado, ou de ofício;

II - for determinada pelo TCU;

III - for recomendada pelo CENCIAR.

Art. 11. Caberá ao Dirigente Máximo informar, de imediato, ao CENCIAR e ao ODGSA a que estiver subordinado, quando da instauração de PARE em sua Organização.

Art. 12. Após a conclusão, não havendo a elisão do dano, o Dirigente Máximo encaminhará o PARE à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Parágrafo único. Na hipótese de o agente responsável pelo dano ser qualificado como terceiro sem vínculo com a Administração Pública, o Dirigente Máximo encaminhará o PARE à unidade da Procuradoria Geral da União (PGU) competente, com vistas ao ajuizamento da ação de conhecimento, com o objetivo de formar o título executivo.

Art. 13. O Dirigente Máximo da Organização acompanhará o andamento dos processos de PARE quanto aos prazos e providências junto aos órgãos competentes.

CAPÍTULO VI

CONDUÇÃO DOS TRABALHOS, CONTROLE E ACOMPANHAMENTO

Art. 14. Caberá às organizações onde os procedimentos para ressarcimento ao Erário forem realizados, bem como aos respectivos ODGSA, acompanharem o desenvolvimento do processo de TCE ou PARE, desde a instauração até a conclusão.

Art. 15. Por meio de Portaria, designar-se-á um encarregado, ou comissão, para conduzir os trabalhos da TCE ou do PARE.

Parágrafo único. Ao encarregado ou à comissão designados para conduzir os trabalhos da TCE ou do PARE é garantida a independência na condução das apurações e na formação de juízo acerca dos fatos e da imputação de responsabilidades, possuindo as seguintes prerrogativas:

I - requisitar informações, documentos, processos e provas, inclusive in loco;

II - fixar prazos para o cumprimento de diligências;

III - requerer a realização de cálculos e levantamentos pelos órgãos e setores especializados da Administração, fixando prazo para a sua ultimação;

IV - ter acesso, na modalidade de consulta, aos sistemas informatizados e aos bancos de dados indispensáveis ao desempenho de suas competências; e

V - representar à autoridade administrativa competente os casos de descumprimento injustificado de prazos e de resistência no atendimento de solicitações.

Art. 16. O CENCIAR deverá controlar os processos de ressarcimento ao Erário, visando ao assessoramento da Unidade Prestadora de Contas durante o processo de elaboração da prestação de contas anual do Comando da Aeronáutica.

CAPÍTULO VII

DO SISTEMA e-TCE

Art. 17. O Sistema e-TCE tem por objeto o registro da instauração, a tramitação e a autuação de processos de Tomada de Contas Especial (TCE), bem como o cadastramento de débitos apurados por meio de Processo Administrativo de Ressarcimento ao Erário (PARE).

Art. 18. As Organizações do Comando da Aeronáutica deverão avaliar a necessidade de designação de usuários do Sistema e-TCE.

Art. 19. Todos os agentes designados como usuários do Sistema e-TCE, para a concessão de perfil de acesso, deverão se cadastrar previamente no Portal do TCU, na Internet, na aba “Login”, “Acesso Identificado”, seguindo as orientações disponíveis na página.

Parágrafo único. A senha de acesso gerada para o cadastro tem caráter pessoal, sigiloso e intransferível, não cabendo, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido como excludente de responsabilidade.

Art. 20. Os Dirigentes Máximos dos Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA), responsáveis pela instauração de TCE, e os Dirigentes Máximos das demais Organizações do Comando da Aeronáutica, responsáveis pela abertura do PARE, deverão instituir, por intermédio de Portaria, dois representantes com o perfil “instaurador” no Sistema e-TCE, um titular e um suplente, devendo fazer constar da designação o posto, o quadro, o nome completo e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) de cada um dos indicados.

Parágrafo único. A inclusão ou alteração de usuários com o perfil de “instaurador” deverá ser solicitada ao CENCIAR.

Art. 21. Os detentores do perfil “instaurador” terão como atribuição conceder a outros representantes de sua Organização Militar (OM) e respectivas organizações subordinadas o perfil “operador”, bem como encaminhar os processos à próxima instância (controle interno), de acordo com as orientações constantes no tutorial do Sistema e-TCE.

Art. 22. O CENCIAR será o responsável por designar agentes públicos para os perfis de “controle interno” do e-TCE: “gestor do órgão”, “distribuidor”, “auditor”, “coordenador” e “diretor”.

Art. 23. Os perfis concedidos terão validade de um ano, podendo ser renovados pelo agente responsável por sua concessão.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24. A falta de instauração da TCE ou do PARE no prazo previsto no § 1º do art. 4º, sem motivo justo, poderá ensejar a aplicação de multa ao responsável, conforme o disposto no § 5º do art. 4º, da Instrução Normativa TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012.

Art. 25. Caberá ao Dirigente Máximo informar ao ODGSA a que estiver subordinado quando da imputação de dano à União que for igual ou superior ao valor mínimo fixado pelo TCU, conforme o disposto no § 2º do art. 1º.

Art. 26. O Dirigente Máximo da Organização onde ocorreu o fato envolvendo dano ou indício de dano ao erário encaminhará ao CENCIAR os autos completos do processo, quando da conclusão das medidas administrativas ou do PARE.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O CENCIAR editará instruções complementares a esta Portaria, em até noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 28. Esta Portaria entrará em vigor em 1º de setembro de 2021.

Art. 29. Revogam-se as Portarias nº 1.502/GC4, de 11 de outubro de 2017, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 178, de 17 de outubro de 2017 e a de nº 574/GC4, de 9 de abril de 2019, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 60, de 11 de abril de 2019.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Comandante da Aeronáutica